

## **Presidência do Governo**

### **Resolução do Conselho do Governo n.º 21/2020 de 7 de fevereiro de 2020**

---

A SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas, S.A. é uma indústria agroalimentar com relevância histórica, que opera no mercado regional há mais de cem anos, possuidora de uma marca prestigiada e cuja continuidade importa assegurar.

Considerando que a SINAGA, S.A. encontra-se em processo de reestruturação, designadamente, com a alienação do seu património sem relevância para a sua atividade e concentração de esforços na comercialização de álcool e açúcar, melaço para uso industrial e corretivos de solo;

Considerando a importância de garantir o abastecimento contínuo e regular de produtos básicos, como álcool e açúcar, no mercado dos Açores;

Considerando que a baixa do preço de venda do açúcar e a forte concorrência de outras marcas no mercado regional tem condicionado a execução de receitas da SINAGA, S.A.;

Assim, nos termos do disposto nas alíneas a), d) e e) do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo e artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro, o Conselho do Governo resolve:

1 - Autorizar a celebração de um contrato-programa entre a Região Autónoma dos Açores e a SINAGA, S.A., no montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros), destinado a regular a cooperação entre as partes com vista a assegurar o normal funcionamento da SINAGA, S.A..

2 - O montante da comparticipação financeira referido no número anterior será integralmente suportado pela dotação do Capítulo 50, Programa A012, Medida A02, Projeto A0203 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020.

3 - Aprovar a minuta do contrato-programa referido no n.º 1, anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.

4 - Delegar no Vice-Presidente do Governo Regional e no Secretário Regional da Agricultura e Florestas os poderes necessários para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, outorgarem o referido contrato-programa.

5 - A presente resolução produz efeitos à data da sua aprovação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, nas Velas, em 23 de janeiro de 2020. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

## **ANEXO**

[a que se refere o n.º 2]

### **Minuta do Contrato-Programa**

Considerando que a SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas, S.A. é uma indústria agroalimentar com relevância histórica, que opera no mercado regional há mais de cem anos, possuidora de uma marca prestigiada e cuja continuidade importa assegurar;

Considerando que a SINAGA, S.A. encontra-se em processo de reestruturação, designadamente, com a alienação do seu património sem relevância para a sua atividade e concentração de esforços na comercialização de álcool e açúcar, melaço para uso industrial e corretivos de solo;

Considerando a importância de garantir o abastecimento contínuo e regular de produtos básicos, como álcool e açúcar, no mercado dos Açores;

Considerando que a baixa do preço de venda do açúcar e a forte concorrência de outras marcas no mercado regional tem condicionado a execução de receitas da SINAGA, S.A.;

Entre:

A Região Autónoma dos Açores, pessoa coletiva n.º 512047855, aqui representada por [...], na qualidade de Vice-Presidente do Governo Regional e por [...], na qualidade de Secretário Regional da Agricultura e Florestas, doravante designada por RAA;

e

A SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas, S.A., com sede na freguesia de [...], concelho de [...], pessoa coletiva n.º [...], com o capital social de € [...], representada por [...], portador do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão n.º [...], contribuinte fiscal n.º [...], doravante designada por SINAGA;

É livremente e de boa-fé celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.<sup>a</sup>

**Objeto**

O presente contrato-programa destina-se a regular a cooperação entre as partes com vista a assegurar o normal funcionamento da SINAGA.

Cláusula 2.<sup>a</sup>

**Obrigações da SINAGA**

A SINAGA, nos termos do presente contrato, obriga-se a:

- a) Cumprir o estabelecido na cláusula anterior;
- b) Praticar todos os atos necessários à sua boa e pronta execução;
- c) Prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela RAA, com a periodicidade que esta entender conveniente, relativamente à sua execução.

Cláusula 3.<sup>a</sup>

**Comparticipação financeira**

1- A RAA obriga-se a transferir do ORAA para a SINAGA o montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros).

2- O montante referido no número anterior pode ser revisto mediante despacho conjunto dos membros do Governo Regional com tutela nas áreas das finanças e da agricultura, e concretizado por aditamento ao presente contrato-programa, quando o valor se torne manifestamente excessivo ou insuficiente para permitir a execução do mesmo.

3- Caso a RAA entenda não ser necessário transferir a totalidade da verba definida, considera-se que o valor remanescente não transita em dívida para os anos subsequentes.

Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Encargos**

Os encargos resultantes do presente contrato-programa, da responsabilidade da RAA, são integralmente suportados pelas dotações do Capítulo 50, Programa A012, Medida A02, Projeto A0203 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020.

Cláusula 5.<sup>a</sup>

**Fiscalização**

1- A RAA tem o direito de acompanhar e fiscalizar o modo como a SINAGA executa o presente contrato-programa.

2- O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito do presente contrato-programa e a sua adequação aos fins propostos pode ser exercido através de avaliações e auditorias especializadas a realizar pela RAA ou por quem esta designar para o efeito.

Cláusula 6.<sup>a</sup>

**Cessação de vigência**

1- Salvo quando haja lugar a resolução pela RAA ao abrigo da cláusula seguinte, o presente contrato-programa cessa a sua vigência no dia 31 de dezembro de 2020.

2- O presente contrato pode ser prorrogado mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de finanças, e concretizado por aditamento ao presente contrato.

Cláusula 7.<sup>a</sup>

**Resolução do contrato-programa**

1- A RAA pode resolver o presente contrato-programa quando a SINAGA, por motivo que lhe seja imputável:

- a) Incumpra, de forma grave ou reiterada, ou se desvie dos objetivos previstos no presente contrato-programa;
- b) Incumpra, de forma grave ou reiterada, as obrigações decorrentes do objeto do mesmo, definido na cláusula 1.<sup>a</sup>;
- c) Deixe de prestar a informação e os esclarecimentos previstos nas cláusulas 2.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup>;

Cláusula 8.<sup>a</sup>

**Omissões**

Os casos omissos no presente contrato-programa serão objeto de acordo entre as partes.

O presente contrato-programa é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse da RAA e outro na posse da SINAGA.

O presente contrato-programa é celebrado no interesse da Região Autónoma dos Açores, estando, por isso, isento do imposto de selo, nos termos da alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo.

Ponta Delgada, [data da celebração].

Pela Região Autónoma dos Açores,

Pela SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas, S.A.,